

# Religião, Estado e educação feminina

## *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo.*

MANOEL, Ivan Aparecido.

Maringá: UEM, 2008. 102 p.

O chamado catolicismo ultramontano tem sido nas últimas décadas objeto de inúmeros estudos na área de história. É compreensível o interesse dos pesquisadores nesse projeto católico ao se considerarem os reflexos dessa autocompreensão em diferentes esferas da sociedade, em seu longo período de vigência (1800-1960). Em poucas palavras poderíamos afirmar que o ultramontanismo foi uma resposta da Igreja às ameaças que vinham se avolumando desde a ruptura das relações feudais e da ética católica, com a introdução do assalariamento, da ética mercantilista, da constituição dos Estados nacionais e da preponderância do poder civil sobre o religioso e, em especial, das transformações abruptas na esfera intelectual que abririam caminho, a partir do humanismo, à Reforma Protestante, ao Iluminismo, ao Liberalismo, ao materialismo dialético e ao socialismo.

Em face de todas essas perdas, no século XIX, a Igreja resolveu agir de maneira radical, provocando uma verdadeira agitação sociopolítica ao anunciar sua reação ao mundo moderno, condenando o capitalismo e suas teorias, bem como a esquerda em todas as suas vertentes. Em suma, o projeto político ultramontano estruturou-se em torno da rejeição à ciência, à filosofia e às artes modernas, condenando o capitalismo, a ordem burguesa, os princípios liberais e democráticos e todos os movimentos esquerdistas, como o socialismo e o comunismo.

No Brasil, as sendas para as pesquisas nesse tema foram abertas, sobretudo, por dois autores:

Roberto Romano, em seu clássico *Brasil: Igreja contra Estado*, e Augustin Wernet, em seu também clássico *A Igreja paulista no século XIX*. E foi sob a orientação de Wernet que Ivan Aparecido Manoel conduziu a pesquisa que resultou no livro ora resenhado, originalmente apresentado como tese de doutoramento no fim da década de 1980, na Universidade de São Paulo. O texto foi publicado em 1996 pela editora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (EDUNESP), porém, como é comum em trabalhos que contribuem sobremaneira com as reflexões historiográficas, não tardou a se esgotar.

Desse modo, a reedição de *Igreja e educação feminina (1859-1919)* pela editora da Universidade Estadual de Maringá (EDUEM) coloca novamente ao alcance do público um estudo essencial aos interessados, especificamente, nos desdobramentos do catolicismo ultramontano em terras brasileiras, na história da educação, ou mais especificamente, na história da educação feminina no Brasil e, de modo geral, a todos os que se interessam pela história do Brasil, em especial, num dos temas mais recorrentes de nossa historiografia: a ímplexa recepção dos ideais modernistas por parte da oligarquia conservadora do Brasil.

Este último aspecto é muito importante na escrita do livro, pois, de acordo com o autor, a busca pelo entendimento das muitas faces do conservadorismo oligárquico brasileiro se fez presente em cada página de seu estudo: "uma grande interrogação orientou a escrita desse livro: como entender e explicar de modo razoavelmente competente as atitudes contraditórias e ambíguas da oligarquia brasileira" (p. 18).

O livro, que foi dividido em quatro capítulos, apresenta no primeiro um interessante panorama da educação feminina no século XIX. Se a educação das jovens não havia sido preocupação central para a oligarquia até as últimas décadas do século XIX, num momento em que as meninas eram educadas apenas para atender às lides domésticas, esse quadro alterar-se-ia radicalmente diante dos ideais modernistas que se propagaram no Brasil nos últimos decênios do século XIX. Esse novo

contexto passou a exigir da mulher conhecimentos que iam além do preparo para dirigir uma casa ou governar seus escravos. Cobrava-se domínio sobre a leitura e a escrita e conhecimento mínimo da nova e complexa configuração mundial. Se a necessidade de uma educação "sociocultural" das mulheres se mostrava urgente, mais urgente ainda era para a oligarquia encontrar escolas que educassem as suas jovens, que, até então, eram instruídas, em sua grande maioria, por professores particulares, longe das precárias escolas públicas, de onde eram afastadas pelo receio que nutriam seus pais de misturá-las às crianças menos abastadas.

Todavia, a mesma modernidade que exigia uma educação diferenciada de suas filhas trazia consigo inúmeros perigos que preocupavam, deusas, a oligarquia brasileira, pois o modernismo nesse momento significava muito mais do que inovações tecnológicas; ele pressupunha extensão dos direitos civis para todos, até mesmo para as mulheres. Daí o motivo do temor da oligarquia ao feminismo, um dos maiores fantasmas que subjaziam sob os ideais modernistas.

No segundo capítulo, Ivan Manoel apresenta uma Igreja que, estando no auge de sua política de romanização (denominada catolicismo ultramontano), substanciava verdadeira ojeriza a todas as ideias modernistas que punham em xeque as doutrinas da Santa Sé. Das páginas desse capítulo transparece também um clero conservador, capitaneado por Dom Antônio Joaquim de Melo, que não poupava esforços no ataque à modernidade e que enxergava na educação, em especial na educação feminina, uma forma de livrar a família brasileira dos males modernistas.

A confluência de temores e necessidades fez com que Igreja, Estado e oligarquia se unissem. O autor demonstra no terceiro capítulo que a Igreja tinha por objetivo frear a modernidade que se infiltrava no Brasil e via na educação o melhor antídoto; o Estado, ao incentivar as escolas católicas, vislumbrava uma oportunidade de amenizar as precariedades do ensino público; já a oligarquia encontrava nas escolas católicas espaço ideal para instruir suas filhas sem maculá-las com as distorções do modernismo. Essa junção de interesses corroborou para que, em 1851, capuchinhos e freiras francesas da cidade de Chamberry, na Saboia, trouxessem para São Paulo o conjunto doutrinário ultramontano. Às irmãs de São José de Chamberry coube a tarefa de suprir a falta

de escolas e atenuar a premente necessidade da oligarquia, qual seja, uma educação conservadora para suas filhas. Mas qual era a proposta educacional desse colégio? Para responder a essa indagação, Ivan Manoel reservou o quarto e último capítulo de seu livro.

As escolas das Irmãs de São José de Chamberry ofereciam três formas distintas de matrículas: o internato pago, o externato gratuito e o orfanato. O internato era o ponto forte das escolas e o externato, conseqüentemente, era de importância secundária. Já o orfanato punha às claras a política conservadora desse modelo de educação. O autor, a partir de documentação original, mostra que todas as forças estavam concentradas nas alunas do internato (que eram oriundas de famílias ricas), de modo que o modelo de externato (criado com o intuito de atender a famílias que não tinham condição de subsidiar o ensino de suas filhas e, sobretudo, fazer frente às escolas gratuitas mantidas pelos protestantes) possuía menor quantidade de alunas e contava com um número inferior de professores, matérias e seriação. No orfanato as meninas recebiam doutrinação religiosa e prendas para exercerem a função de empregadas domésticas, ou em casos extraordinários, a docência em escolas públicas. Além do baixíssimo nível de instrução, essas meninas do orfanato eram responsáveis por inúmeros serviços, como as lides de limpeza e de cozinha.

O olhar atento do autor sobre as fontes descortina o cotidiano nos colégios das Irmãs de São José. O primeiro aspecto destacado foi a centralidade do modelo de internato, entendido como o melhor e mais natural método de educação das crianças. O internato teria como função-chave a vigilância e, por conseguinte, o controle sobre o corpo, os gestos, os comportamentos, as linguagens etc., elementos primordiais na formação de uma mulher dotada de "ornamentos culturais", mas também de polidez. O ensino resultava de uma mescla de disciplinas, orações diárias e leituras das obras de autores filiados ao ultramontanismo – em clara contraposição à "pedagogia moderna". Nesse clima de severa disciplina havia ainda espaço para uma acirrada atmosfera de disputa entre as alunas, tudo sob o estímulo do modelo pedagógico que guiava os colégios das Irmãs de São José.

As conclusões do autor são reveladoras: num momento em que os referenciais modernistas avançavam pelo mundo, a oligarquia brasileira filtrou o que era interessante

---

para sua perpetuação (abandono da herança colonial escravista e inserção no mercado mundial capitalista moderno) do que poderia ameaçar os seus tradicionais costumes (emancipação das mulheres) e pôr em risco seu *status quo* (extensão dos direitos civis). Uma elite, portanto, ambigualmente modernizante e conservadora. Por outro lado, o clero brasileiro marcado pelas tinturas do ultramontanismo se pôs ao lado do Estado e da oligarquia no intuito de estender seu projeto de romanização. As ações dos clérigos ultramontanos na educação foram impulsionadas pela ausência do Estado no ensino público brasileiro e pelas benesses de uma oligarquia que, paradoxalmente, investia nas escolas católicas os lucros obtidos num modelo econômico modernista com o fito de

aniquilar incômodos postulados dessa mesma modernidade.

A riqueza das minúcias conjugadas magistralmente aos grandes temas da historiografia brasileira por meio de uma fluente escrita impossibilita uma apreciação satisfatória do livro de Ivan Manoel em um texto dessa natureza. Nossa intenção é lançar o convite à leitura a todos os que se interessam pelo tema tratado em *Igreja e educação feminina (1859-1919)*, mas também a todos aqueles que apreciam obras históricas que primam pelo rigor teórico, pelo amparo documental e por uma escrita envolvente.

André Dionei Fonseca ■  
Universidade Federal da Grande Dourados

---

# Entre a perversão e a dissidência: práticas sexuais, corpos e prazeres

*Prazeres dissidentes.*

---

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FIGARI, Carlos Eduardo (Orgs.).

---

Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 600 p.

---

Ao publicizar novas pesquisas sobre formas de sexualidade no Brasil, a partir de novos e velhos enfoques revisitados, *Prazeres dissidentes* demonstra a importância e a efervescência do campo. A coletânea lançada em setembro em Buenos Aires, em outubro em São Paulo e em novembro de 2009 no Rio de Janeiro é fruto do encontro de pesquisadores no Grupo de Trabalho "Corpos, desejos, prazeres e práticas sexuais 'dissidentes': paradigmas teóricos e etnográficos", que aconteceu em Porto Alegre no ano de 2007, durante a VII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM).

Permeado por autores como Michel Foucault e Georges Bataille, considerados autores clássicos no estudo do erotismo e da sexualidade, e somadas as discussões teóricas levantadas por Judith Butler, principalmente no

artigo de abertura da coletânea de Vitor Grunvald,<sup>1</sup> que traz com propriedade a discussão acerca dos conceitos de abjeção, política da performatividade e lesbianidade, o livro se divide em quatro partes – "Corpos e interações de fronteira", "Encontros ao avesso", "Sociabilidades fluidas" e "Jogos proibidos" –, que revelam formas de sexualidade e busca de prazeres considerados marginais.

O livro traz a discussão das possibilidades de construção de identidades.<sup>2</sup> Do ponto de vista metodológico, além das pesquisas etnográficas, em que é possível observar as práticas sexuais dissidentes tanto do sexo pago quanto do ocasional, observado em boates,<sup>3</sup> clubes de mulheres,<sup>4</sup> clubes para homens<sup>5</sup> e zona de prostituição,<sup>6</sup> por exemplo, há uma constante relação dessas pesquisas com aquelas realizadas na Web, em *blogs*,<sup>7</sup> em comunidades do Orkut e no MSN, que se traduzem em riquíssimas fontes de pesquisa, as quais possibilitam perceber, através das falas dos próprios sujeitos, os discursos sobre a sexualidade, os encontros, as formas de identificação.

No eixo "Corpos e interações de fronteira", os textos de Larissa Pelúcio,<sup>8</sup> Leandro Oliveira,<sup>9</sup> Marion Arent<sup>10</sup> e Regina Coeli Machado Silva<sup>11</sup> tratam das práticas sexuais marginais, proibidas e indesejáveis, que nas palavras de Larissa Pelúcio "arrebata[m] e angustia[m] tanto quanto

dá[ão] prazer” (p. 91). Anna Paula Vencato<sup>12</sup> trata de grupos de *crossdressing*, que, apesar de não serem homogêneos, poderiam ser definidos, segundo a autora, como pessoas que “eventualmente usam ou se produzem com roupas ou acessórios tidos como do ‘sexo oposto’ ao seu ‘sexo biológico’” (p. 95). Para as *drag queens*, esse ato de vestir-se significa “se montar”,<sup>13</sup> o que geralmente permanece no âmbito do privado, do segredo.

No segundo eixo, “Encontros ao avesso”, a ideia que recorta os textos é, em parte, a expressão da sexualidade através de encontros, a observação das práticas sexuais em locais destinados à interação erótica e a possibilidade de diversas formas de prazer. Nesse bloco, foram agrupados textos que tratam das práticas sexuais ocasionais entre homens, em Camilo Albuquerque de Braz<sup>14</sup> e Alexandre Eustáquio Teixeira.<sup>15</sup> E sobre os artigos que discutem as relações sexuais com prostitutas, tem-se o de Elisiane Pasini,<sup>16</sup> que estuda os homens no ambiente da prostituição na Vila Mimosa, na cidade do Rio de Janeiro, mormente os clientes, tema ainda pouco priorizado nas pesquisas sobre prostituição; e o de Sandra Maria Nascimento Sousa,<sup>17</sup> que traz à luz a memória da prostituição feminina em São Luiz do Maranhão.

“Sociabilidades fluidas” é o título dado ao terceiro eixo do livro, que se inicia com o texto de Regina Facchini,<sup>18</sup> que, através de observações etnográficas em locais de sociabilidade na cidade de São Paulo, analisa as mulheres que têm práticas eróticas com mulheres, observando as diversidades de experiências, corporalidades e subjetividades, percebendo as intersecções de cor/raça, geração, inserção socioeconômica e trajetória afetivo-sexual. Dando visibilidade às representações dos corpos e às relações no ciberespaço, Carolina Parreiras<sup>19</sup> analisa os perfis do Orkut para pensar as sexualidades e as homossexualidades. Para observar os jogos de sedução entre lésbicas em duas boates do Rio de Janeiro, Andrea Lacombe<sup>20</sup> faz uma pesquisa etnográfica, trazendo uma discussão necessária e importante acerca da presença e da corporalidade da pesquisadora e do pesquisador durante a pesquisa de campo. Finalizando esse bloco, o artigo da pesquisadora Isadora Lins França<sup>21</sup> dá visibilidade aos locais de sociabilidade de homens que se relacionam com outros homens na cidade de São Paulo, suas permanências e mudanças, priorizando as práticas sexuais de um samba GLS frequentado por clientela formada principalmente por negros homossexuais.

O último grande eixo do livro traz como título “Jogos proibidos”, que trata de temáticas polêmicas e práticas sexuais consideradas repugnantes e abjetas. Inicia-se com o artigo de Carlos Eduardo Figari,<sup>22</sup> que analisa as relações incestuosas hetero/homossexuais consentidas entre adultos, mostrando como o tabu do incesto<sup>23</sup> gera culpas e sanções morais aos incestuosos/as, através de riquíssimos relatos dados por informantes ao pesquisador. Sob o manto da anormalidade e da criminalidade também está o artigo de Alessandro José de Oliveira,<sup>24</sup> que discute a possibilidade de uma nova categoria de sujeitos sexuais, do pedófilo ao *boylover*, trazendo as discussões propostas pela teoria *queer*,<sup>25</sup> através dos insights de Judith Butler, discutindo os sujeitos performáticos que rompem com as normas de gêneros. Outras práticas sexuais dissidentes são debatidas por Bruno Dallacort Zilli,<sup>26</sup> como o BDSM (bondage, disciplina, dominação e submissão); por Jorge Leite Jr.,<sup>27</sup> como a escatologia, o sexo com cigarros e o “abuso facial”; e por Estéban Andrés Garcia,<sup>28</sup> como o *barebacking*, demonstrando o pânico moral que se instalou a partir da prática sexual realizada entre homossexuais sem preservativo, as quais compõem este eixo temático. Por último, o artigo de María Elvira Díaz-Benítez<sup>29</sup> enfoca as práticas de orgias, através da observação da filmagem de uma orgia pornô que tem como temática o carnaval carioca, no qual a presença da pesquisadora nos sets lhe permitiu fazer constatações precisas, pouco prováveis de serem feitas por meio de relatos. Mostra como é marcante a presença do casal formado pela mulher loura e pelo homem negro, o que confirma a reiteração da vinculação entre gênero e raça como forma de transgressão.

O livro traz contribuições importantes para os/as pesquisadores/as que se propõem a aprofundar seus estudos sobre práticas sexuais não convencionais, trazendo os debates sobre a busca por normalização de algumas condutas, questionando a criminalização de outras. Outra questão que se impõe é a não utilização, pela maioria dos artigos, do arcabouço teórico trazido pela teoria *queer*, o que talvez esteja relacionado ao que Adriana Piscitelli afirma no prefácio desta obra: “percebíamos que algumas linhas dos estudos ‘queer’ ignoravam gênero, enquanto abordagens sobre heterossexualidades consideravam a articulação entre gênero e sexualidade, mas em uma perspectiva na qual o gênero aparecia frequentemente aprisionado em uma distinção binária”. Assim, *Práticas*

*dissidentes*, através de seus autores e autoras, questionam a heteronormatividade obrigatória como locus do sexo e do prazer permitidos, como já sinalizou Michel Foucault,<sup>30</sup> que mostra como a sexualidade e o prazer foram gradativamente restritos ao quarto dos pais, objetivando a reprodução, mostrando como o que destoava dessa premissa passa a ser considerado anormal. Nesses artigos o prazer é o cerne nas práticas sexuais. Também se faz imprescindível para pensar novos objetos de pesquisa, mas também novas fontes, principalmente através de sites da Web.

## Notas

<sup>1</sup> "Butler, a abjeção e seu esgotamento".

<sup>2</sup> O artigo de Vitor Grunvald "Butler, a abjeção de seu esgotamento" trata, através da discussão sobre abjeção de Judith Butler, dos corpos abjetos e da constituição dos sujeitos. Já Camilo Albuquerque de Braz, em "Silêncio, suor e sexo: subjetividades e diferenças em clubes para homens", mostra que gênero, classe, raça/cor, idade e estilo estão colados na produção discursiva das subjetividades e nos corpos dos frequentadores dos clubes de sua pesquisa.

<sup>3</sup> Em "Diversidade sexual e trocas no mercado erótico: gênero, interação e subjetividade em uma boate na periferia do Rio de Janeiro", Leandro Oliveira trata principalmente das relações entre homossexuais masculinas. E Andrea Lacombe, em "Tu é ruim de transa! ou como etnografar contextos de sedução lésbica em duas boates GLBT do subúrbio do Rio de Janeiro", trata de relações entre mulheres lésbicas.

<sup>4</sup> Em "Performances de gênero em um 'clube de mulheres'", de Marion Arent.

<sup>5</sup> Em "Silêncio, suor e sexo: subjetividades e diferenças em clubes para homens", de Camilo Albuquerque de Braz.

<sup>6</sup> Em "Sexo com prostitutas: uma discussão sobre modelos de masculinos", de Elisiane Pasini.

<sup>7</sup> "Gozos ilegítimos: tesão, erotismo e culpa na relação sexual entre clientes e travestis que se prostituem".

<sup>8</sup> "Gozos ilegítimos: tesão, erotismo e culpa na relação sexual entre clientes e travestis que se prostituem".

<sup>9</sup> "Diversidade sexual e trocas no mercado erótico: gênero, interação e subjetividade em uma boate na periferia do Rio de Janeiro".

<sup>10</sup> "Performances de gênero em um 'clube de mulheres'".

<sup>11</sup> "Relações impuras: sexualidade, corpos e sujeitos na literatura brasileira contemporânea".

<sup>12</sup> "Negociando desejos e fantasias: corpo, gênero, sexualidade e subjetividade em homens que praticam *crossdressing*".

<sup>13</sup> Segundo Anna Paula Vencato, trata-se "do termo 'nativo' que define o ato ou processo de travestir-se, (trans) vestir-se ou produzir-se" (p. 94).

<sup>14</sup> "Silêncio, suor e sexo: subjetividades e diferenças em clubes para homens".

<sup>15</sup> "Discursos e representações sobre territórios de 'pegação' em Belo Horizonte".

<sup>16</sup> "Sexo com prostitutas: uma discussão sobre modelos de masculinos".

<sup>17</sup> "Desejo proibido: práticas da prostituição feminina".

<sup>18</sup> "Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo".

<sup>19</sup> "Fora do armário... Dentro da tela: notas sobre avatares, (homo)sexualidades e erotismo a partir de uma comunidade virtual".

<sup>20</sup> "Tu é ruim de transa! ou como etnografar contextos de sedução lésbica em duas boates GLBT do subúrbio do Rio de Janeiro".

<sup>21</sup> "Na ponta do pé: quando o *black*, o samba e o GLS se cruzam em São Paulo".

<sup>22</sup> "No ventre do pai: desejos e práticas do incesto consentido".

<sup>23</sup> O autor faz menção ao trabalho de Lévi-Strauss, "que demonstra como 'a regra do tabu do incesto' é onipresente em todas as culturas, algo 'constante em todos os homens', o que lhe outorga seu caráter 'universal'" (p. 431).

<sup>24</sup> "De 'pedófilo' à 'boylover': ilusão ou uma nova categoria sexual que se anuncia?".

<sup>25</sup> Além de Judith Butler, a autora utiliza os aportes daquelas/es consideradas/os precursoras/es como Gayle Rubin e Michel Foucault, este último referenciado pela maioria dos pesquisadores desta coletânea.

<sup>26</sup> "BDSM de A a Z: a despatologização através do consentimento nos 'manuais' da internet".

<sup>27</sup> "A pornografia 'bizarra' em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o 'abuso facial'".

<sup>28</sup> "Políticas e prazeres dos fluidos masculinos: *barebacking*, esportes de risco e terrorismo biológico".

<sup>29</sup> "Retratos de uma orgia: a eferescência do sexo no pornô".

<sup>30</sup> Segundo Michel Foucault (1984, p. 10), "No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar da sexualidade reconhecida mais utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se: o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções".

## Referência bibliográfica

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

Claudia Regina Nichnig ■  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

# Feminismo e disputas pela memória na Espanha

*Antropólogas, politólogas y sociólogas (género, biografía y cc. sociales).*

---

LEÓN, María Antonia García de; FÍGARES, María Dolores Fernández.

---

Madrid (España): Plaza y Valdes S. L., 2008. 256 p.

---

As últimas décadas do século XX colocaram em pauta o instante, o presente em contraposição ao "império do passado". Contudo, as mesmas décadas que evidenciaram a dissolução do passado e sua celebração também trouxeram com força a expansão memorialística, com suas museificações e institucionalização de passados-espetáculos,<sup>1</sup> e, no campo das relações sociais, as disputas pelas memórias. O passado e seus usos, bem como a construção dos acontecimentos e a institucionalização de algumas memórias em detrimento de outras passaram a ser importantes para diferentes grupos. Sobre isso Pierre Nora já chamava a atenção em 1978, dando conta de que o esfecelamento, a mundialização, o aceleração e sua democratização, chaves para o entendimento do "breve século XX", multiplicaram as memórias coletivas, os grupos sociais preocupados em preservar ou recuperar seus próprios passados.<sup>2</sup> Essa preocupação com o passado, com a construção de uma memória para as mulheres feministas espanholas, parece ser o eixo central por onde se distribuem as questões e as discussões do livro *Antropólogas, politólogas y sociólogas (género, biografía y cc. sociales)*, das autoras espanholas María Antonia García de León e María Dolores Fernández Figares.

E esse, a nosso ver, constitui um dos principais motivos para apresentarmos esta obra às feministas brasileiras (e também aos feministas, convém não esquecer). É que esse tipo de preocupação não é comum no Brasil, ou seja,

ver a importância heurística que tem a biografia das estudiosas feministas para compreendermos sua própria obra e o contexto em que foi escrita. Mas há uma importância mais primária: fazê-las aparecer como protagonistas na história da humanidade, pois, se dependêssemos da história e da imprensa oficiais, elas seriam esquecidas. Como diz Marina Subirats, autora do prólogo,<sup>3</sup> poder e memória são inseparáveis e sem poder não se pode criar e legitimar um novo relato, uma nova maneira de ver a posição das mulheres no mundo. E sem memória fica difícil cumprir uma das principais etapas do pensamento científico crítico "a reflexividade", à qual as autoras dão grande importância na medida em que sentem falta, na Espanha, de mentores que façam esse trabalho de apreciação, avaliação e ancoragem do conhecimento que está sendo produzido.

As autoras se inspiram na tradição dos países de língua anglo-saxã, principalmente os Estados Unidos, onde se sobressai a importância dada aos relatos biográficos como um procedimento metodológico e epistemológico relevante para a compreensão do processo de conhecimento, com o intuito de reintegrar o que foi desintegrado: produção intelectual e vida. Ou seja, para compreendermos como está sendo construído o conhecimento feminista, é importante que saibamos quem o está construindo e como. Ao usar esse procedimento, as autoras levam em conta as críticas de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, que alertam para a importância da inserção social dos biografados e de não vê-los como seres especiais e isolados. Isso não implica negar a existência de obras exemplares que mereceram a atenção das autoras.

Por ser esse tipo de estudo raro na Espanha, bem como em muitos outros países, entre eles o Brasil, o pioneirismo do livro a ser apresentado dificulta a elaboração de uma resenha por três motivos.

Primeiro, o documento se constitui parte de uma investigação maior à qual as autoras se remetem inúmeras vezes. As discussões presentes no livro são resultado do projeto de pesquisa 'I+D',<sup>4</sup> desenvolvido entre os anos de 2005 e 2007 por uma equipe de investigação interdisciplinar coordenada por María Antonia

García de León, professora de Sociologia na Faculdade de Educação da Universidad Complutense de Madrid. A investigação resultou em cinco volumes de entrevistas transcritas, nem todas incorporadas ao livro por razões óbvias, afinal são mais de 1.500 páginas escritas. De todo modo, para aqueles que tiverem interesse, os volumes estão classificados (dois para a história,<sup>5</sup> um para as ciências políticas e a sociologia, outro para a antropologia e o último, com um caráter interdisciplinar, é dedicado a especialistas em estudos de gênero provenientes de outras disciplinas) e depositados nos arquivos do Instituto da Mulher, em Madrid.<sup>6</sup>

Segundo, por não ser uma pesquisa de caráter tradicional, as fontes tiveram que praticamente ser criadas, ou seja, foi preciso transformar estatísticas incompletas e, além do mais, elaboradas com outros fins em informações utilizáveis e confiáveis, o que obrigou as pesquisadoras a constantemente terem que alertar os leitores sobre os limites de abrangência das interpretações possíveis.

E, terceiro, somem-se a isso a quase impossibilidade de se encontrarem bibliografias prontas e, dada a ausência de tradição nesse sentido, a dificuldade de criar um ambiente acadêmico favorável à realização de entrevistas que exigem grande disposição, por parte das pessoas contactadas, de desvelamento de sua vida pessoal e que requerem, ao mesmo tempo, um esforço em não se deterem apenas em sua *fase de mujer*, mas relacioná-la com sua *fase de científica*. Não deve ser à toa que as mulheres tardam dez anos mais que os homens para obter uma cátedra. É interessante que o mesmo acontece no Brasil com as bolsas de produtividade do CNPq.<sup>7</sup> O livro é mais rico pelas interrogações que faz e pelas perspectivas de novas pesquisas que abre do que pelas considerações finais, como ressaltam as próprias autoras. Por essas três razões, optamos por não fazer uma resenha convencional, mas por chamar a atenção para os aspectos mais inovadores e significativos da obra.

Toda pesquisa tem seus limites (não se pode estudar tudo), mas é preciso explicitá-los. Por que escolheram os quatro campos: antropologia, história, política e sociologia? Porque são campos afins, convivem no mesmo espaço acadêmico e, o que é mais relevante, conseguiram formar e consolidar equipes de pesquisa voltadas para as questões feministas, apesar de os estudos de gênero serem um campo relativamente recente na Espanha, menos de 30 anos. É preciso sempre se lembrar

do papel do franquismo com vistas a dificultar o desenvolvimento das ciências humanas no país, principalmente o de suas correntes mais inovadoras e críticas. Outro limite é a impossibilidade de dar conta de grande número de autores e obras, por isso as autoras têm o cuidado de apresentar longos levantamentos bibliográficos.

As autoras preocupam-se também em explicitar sua relação com o pós-modernismo, colocando-se mais em uma relação de diálogo com essa corrente do que numa postura de submissão ou rejeição. Para elas, pós-modernismo e feminismo se entrelaçam de forma positiva, dada a valorização que as duas correntes dão à subjetividade. Nesse sentido, a domesticidade das mulheres, base da formulação de que "o pessoal é político", torna-se uma fonte de desconstrução e, portanto, de crítica ao conhecimento estritamente acadêmico.

As conclusões são de dois tipos: com relação aos agentes e com relação aos produtos. Com relação aos agentes, temos: a) as ciências sociais ainda possuem uma comunidade acadêmica frágil que precisa se fortalecer; b) essa fragilidade ainda é maior no campo dos estudos de gênero por causa da difícil relação das mulheres em lidar com o poder e sua fraca identidade pública; c) os estudos de gênero permanecem em grande parte à margem das estruturas de poder acadêmicas; d) faltam "rituais de transmissão" que conservem os avanços alcançados; e) os rituais de transmissão são dificultados por falta de "massa crítica", pois especialistas acadêmicos nos temas de gênero ainda são fenômenos isolados e não contam com equipes bem estruturadas e com forte apoio coletivo dentro das academias; f) pelo fato de essa área de estudo ser fracamente estruturada, há um "efeito eclipsador", ou seja, cria-se uma inércia que leva a que se delegue o avanço do conhecimento a alguns nomes emblemáticos; g) o interesse pelos estudos de gênero não tem sido transmitido para as novas gerações; h) é preciso que se criem mecanismos como associações, congressos etc. para que se possa passar do conhecimento acumulado à ação; e i) é preciso reforçar uma identidade coletiva de gênero, sem a qual não há empoderamento.

Com relação aos produtos dos estudos de gênero, temos: a) dado o pequeno espaço de tempo entre o surgimento dos estudos de gênero e o presente, o avanço desse campo de conhecimento pode ser considerado "enorme";



b) essa área conseguiu significativa inserção nas ciências sociais; e c) com relação às carências dentro do campo das ciências sociais, pode-se dizer que falta depurar e fazer um balanço crítico do que já foi produzido; é preciso ter claro que os estudos de gênero tanto podem trazer propostas políticas de mudança quanto propor avanços dentro do *establishment*, sendo ambas as correntes benéficas; e falta reflexividade no sentido de apurar a crítica.

As autoras fazem também importantes recomendações para novas perspectivas de pesquisa e ação: a) criar estudos mais especializados e menos genéricos que fragmentem o campo e fujam da superficialidade; b) potencializar o grau de institucionalização dos estudos de gênero, criando cátedras e equipes de pesquisa, promovendo congressos, revistas, premiações, entre outros; c) criar associações profissionais específicas para especialistas em gênero; d) insistir em uma perspectiva geracional, ou seja, transmitir o conhecimento acumulado para os/as jovens e criar entre eles/as estímulos para novas adesões a essa área de estudos; e) desenvolver o enfoque biográfico; f) desenvolver instrumentos úteis com dicionários especializados; e g) legitimar cada vez mais essa área de estudo.

A necessidade do relato e da construção de uma memória nesse relato emerge de um campo em disputas, disputas sobre o que se lembrar das diferentes lutas travadas pelas mulheres na Espanha, no século XX. Essa necessidade seria irrenunciável, visto que as mulheres que contaram suas histórias parecem lutar contra certa "conspiração do esquecimento". Ante a pergunta sobre o que acontecerá com as memórias das mulheres feministas na Espanha depois que morrerem (feita por María Antonia), Marina Subirats conta sobre uma exposição fotográfica organizada para lembrar as eleições espanholas de 1977 em que se constatou a ausência das mulheres nas fotos expostas. Aquelas que pareciam estavam sem nomes, misturadas à multidão, quase esquecidas em suas manifestações nas ruas, em frente às fábricas. Elas não estavam nas mesas de negociações, nas quais estavam os homens, os futuros políticos da democracia. Das mulheres que também estavam lá, nenhuma foi representada. Para Marina Subirats, aqueles/as que nasceram depois de 1975 e virem

essas fotos saberão que não houve mulheres lutando pela democracia. E isso não será um prejuízo, apenas uma constatação, dado que os testemunhos gráficos, as fotografias, comprovam que elas não estavam lá. "Así que aún no hemos muerto, pero ya hemos sido borradas, de La historia" (prólogo). É contra essa política do esquecimento que estaria em curso na Espanha certo antememorismo de gênero em que as questões que tangenciam as análises e as reflexões das autoras se apoiam: o que está em disputa é a construção e legitimação de uma memória coletiva em que estejam alocadas as mulheres, suas lutas e história.

## Notas

<sup>1</sup> Beatriz SARLO, 2007.

<sup>2</sup> Pierre NORA citado por Jacques LE GOFF et al., 1989.

<sup>3</sup> Prólogo da publicação espanhola, objeto desta resenha, mas há também uma publicação mexicana.

<sup>4</sup> I+D é a sigla de investigação e desenvolvimento. A sigla identifica projetos de grande porte que disputam linhas de financiamento bastante competitivas na Espanha. A pesquisa que resultou na publicação do livro foi financiada pelo Instituto da Mulher, sediado em Madri.

<sup>5</sup> Na versão impressa foi excluído o capítulo sobre as historiadoras, escrito pela professora Pilar Pérez Fuentes, disponível apenas na versão *on-line*.

<sup>6</sup> Os resultados completos da pesquisa estão disponíveis no endereço <[http://www.migualdad.es/mujer/mujeres/estud\\_inves/776.pdf](http://www.migualdad.es/mujer/mujeres/estud_inves/776.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2010.

<sup>7</sup> Apenas para ilustrar a grande desigualdade de distribuição de bolsas de produtividade do CNPq entre homens e mulheres, pegamos os dados relativos ao ano de 2008. Nesse ano os homens receberam 6.637 bolsas de produtividade, enquanto as mulheres apenas 3.395. Informações disponíveis em: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/bolsas/sexo.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

## Referências bibliográficas

- LE GOFF, Jacques et al. *A nova história*. Tradução de Ana Maria Bessa. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.
- SARLO, Beatriz. *O tempo passado: cultura da memória e ginada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Cristiani Bereta da Silva ■  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Maria Ignez Silveira Paulilo ■  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

# As transformações na família e na sexualidade

*Gerações, família, sexualidade.*

---

VELHO, Gilberto; DUARTE, Luiz Fernando (Orgs.).

---

Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. 96 p.

---

Os organizadores deste livro já são conhecidos dos cientistas sociais no Brasil. Tanto Gilberto Velho quanto Luiz Fernando Duarte representam uma parte importante da antropologia urbana brasileira e foram os responsáveis por esta obra. Além deles, contribuíram para o livro Myriam Moraes Lins de Barros, Jane Russo e Maria Luiza Heilborn, também autoras bastante conhecidas dos cientistas sociais.

Inicialmente, os autores ressaltam a importância do tema para a antropologia urbana, citando a Escola de Chicago e a antropologia social britânica como fontes importantes para a discussão. Também destacam a discussão interdisciplinar, principalmente através da psicologia, como uma rica contribuição para esses debates.

O texto trata das transformações no âmbito da sexualidade e da família, enfocando prioritariamente as mudanças sociais referentes a gênero e gerações. Tal temática já vem sendo abordada de forma interessante por autores como Michel Bozon, cientista social francês que tem produzido principalmente com Maria Luiza Heilborn.

O texto "Sujeito, subjetividade e projeto", de Gilberto Velho, aborda uma discussão que o autor já faz desde a década de 1980. Velho – que cita Alfred Schutz e George Simmel como fontes importantes do seu trabalho – apresenta seu objeto de investigação, que são as trajetórias individuais dos sujeitos e as gerações. Isso porque analisa hoje a geração dos que seriam filhos dos seus pesquisados do passado. Sua preocupação com a temática aparece há muito tempo, desde quando elaborou sua tese de doutorado. Só que neste texto fica explícito o que tem procurado investigar: o que muda

nessas gerações, principalmente através dos "objetivos e metas, [...] valores e autopercepções de individualidade e subjetividade" (p. 9).

O autor aponta para mudanças significativas dos sujeitos e suas relações consigo mesmo e com aquilo que ele chama de "ethos psicologizante" (grifo do autor). Curiosamente, localiza nos estoicos esse processo sobre a individualização dos sujeitos, mas, devido à brevidade do artigo, não chega a aprofundar seus argumentos. No fim do artigo, o autor estabelece as relações da sua pesquisa com países como Portugal e Estados Unidos, além de citar alguns pesquisadores da mesma temática, como já foi apontado por Simmel. Sem apresentar grandes novidades, o artigo faz uma retrospectiva do que o autor produziu até os dias de hoje.

O texto de Luiz Fernando Dias Duarte – intitulado "Família, moralidade e religião" – aponta para a complexidade da administração da vida privada nas diferentes camadas sociais da vida urbana no Brasil. Há, conforme o autor, uma oposição entre os valores como religião, família, moralidade e, principalmente, sexualidade na modernidade. Três interessantes questões vêm sendo estudadas por ele, junto a camadas populares, são elas: a) há formas de conjugalidade diferentes de modelos tradicionais contrastando com formas que reforçam padrões de casamento tradicionais; b) existe um aumento da individualização da sexualidade, ao mesmo tempo que existe uma ampliação sobre seu controle; e c) ocorre um aumento da adesão às religiosidades específicas de certos segmentos, simultaneamente à diminuição da religiosidade e da crença em jovens. Para o autor, isso tem relação com o aumento do subjetivismo.

Segundo Duarte, não existe uma diferença entre camadas sociais sobre essas alterações de moralidade. Assim, tanto camadas médias superiores quanto camadas populares podem oscilar entre esses padrões. Uma pista interessante sugerida por Duarte e que pode contribuir com as pesquisas sobre essa temática é que, independentemente dos diferentes níveis de camadas sociais, o processo de individualização também é importante presença na constituição da singularidade de camadas sociais de baixa renda. Esse fato é muitas vezes negligenciado por pesquisadores que diferenciam as classes

sociais pelas distâncias sociais econômicas entre elas.

O autor cita que dentro de camadas médias e letradas existe uma concepção de que ser moderno é estar mais atento às mudanças de comportamentos de sexualidade e relativos – controle de natalidade, mais especificamente. Aqui, mesmo que não tenha sido citado, é possível comparar ao clássico texto de Giddens sobre *A transformação da intimidade*<sup>1</sup>

A contribuição de Duarte aqui é apontar de forma significativa as tensões sobre as disposições “liberais” e as “morais”, mas não fica claro como estas se constituem no universo social desses grupos sociais. Ele utiliza uma categoria que curiosamente chama de “desentranhamento” (p. 23) e que é uma das responsáveis por compreender as mudanças sociais na vida cotidiana.

O autor ao final revela que a sua proposta foi de, através do conceito de cismogênese (abordado de forma muito interessante em seu texto), encontrar elementos teóricos para compreender as “tensões contrastivas” que se apresentam para esses grupos, principalmente a partir da experiência religiosa.

No texto “Três gerações femininas em famílias de camadas médias”, Myriam Moraes Lins de Barros aborda as transformações sociais e de gênero advindas do envelhecimento da população. O estudo enfocou principalmente as mulheres, por meio de 24 entrevistas. Foram escolhidas mulheres nascidas nas décadas de 1940 e 1950, devido às transformações sociais que vão desde o casamento até o trabalho ocorridas para essas gerações.

A autora ressalta a importância dos movimentos sociais da década de 1960 para a “configuração dos valores individualistas” (p. 48). Ela deixa claro que seu interesse é descobrir formas psicológicas de introjeção dos valores individualistas. Uma leitura à primeira vista demonstra forte influência da psicologia, uma marca de todos os trabalhos desta obra. Myriam de Barros ainda aponta para a importância de se entenderem as relações de gênero nas dinâmicas interacionais.

Uma das principais mudanças, segundo a autora, é sobre a compreensão de conjugalidade para as mulheres entrevistadas, que se diferenciou a partir das gerações pesquisadas. A autora identificou tensões entre os grupos pesquisados, principalmente atreladas às diferenças geracionais. O processo de individualização foi fundamental para que as entrevistadas pudessem estabelecer novas relações com seus parceiros, assim como com suas famílias.

No texto intitulado “A sexologia na era dos direitos sexuais: aproximações possíveis”, de Jane Russo, a temática é a politização dos movimentos sociais sobre a sexualidade. Ela inicia falando do movimento gay e sua articulação para tirar a homossexualidade do rol das perversões.

A autora faz uma constatação: houve, simultaneamente, uma politização das sexualidades divergentes e uma medicalização da sexualidade heterossexual. Ela revela que a preocupação com a sexualidade surge na passagem do século XIX para o século XX com estudiosos, dentre eles talvez o mais conhecido seja Havelock Ellis. Essas considerações são claramente influenciadas por Foucault, citado pela autora em diversos momentos. Um apontamento trata da discussão de Russo sobre a despatologização dos chamados desvios sexuais, a partir do discurso sobre os direitos sexuais. O interessante é que, ao mesmo tempo que isso acontece, existe uma crescente disciplinarização da sexualidade dos casais heterossexuais.

A autora apresenta um quadro com datas e acontecimentos políticos significativos para a discussão sobre os movimentos sociais que lutaram contra a medicalização da sexualidade, como a Revolta de Stonewall, por exemplo, em 1969. Aqui vale lembrar o recente livro intitulado *Preconceito contra homossexualidades: hierarquia da invisibilidade*,<sup>2</sup> que faz uma importante retrospectiva do movimento gay nos Estados Unidos e no Brasil.

O que a autora revela é que começa a haver um levantamento de novas condutas da sexualidade para os casais heterossexuais, principalmente as defendidas como ideal de saúde e bem-estar. Assim como Michel Bozon,<sup>3</sup> ela cita o surgimento do Viagra como a inauguração da medicalização da sexualidade. O curioso é que, com o lançamento desse medicamento, aumenta o conceito de disfunção erétil como um problema de saúde pública nos Estados Unidos, atingindo 52% dos homens entre 40 e 74 anos, ou seja, existe uma orientação da sexualidade que passa por uma forma de medicalização dela.

No último texto, intitulado “Homossexualidade feminina em camadas médias no Rio de Janeiro sob a ótica das gerações”, Maria Luiza Heilborn aborda – em uma etnografia realizada em sua tese de doutoramento no Rio de Janeiro com mulheres homossexuais – fortes características de uma valorização da conjugalidade. A autora se propõe a investigar as gerações e a maneira como as suas entrevistadas apresentavam-se em relação à própria orientação sexual.

Revela que sua preocupação não está relacionada com a identidade sexual, mas é inegável que essa discussão a tangencia em todo o seu texto. Ela elabora uma interessante definição de conjugalidade, centrando-a principalmente em um tipo de relação estabelecida entre os companheiros, independentemente de serem heterossexuais ou homossexuais. Ainda assim, talvez esse conceito pudesse ser mais bem descrito, pois, em caso de pesquisas, a ideia de "não conjugalidade" dificulta uma distinção, por exemplo, de uniões estáveis para namoros com casais que não coabitam e também se relacionam afetiva e sexualmente. Curiosamente, em sua atual pesquisa, a autora identificou que as mulheres recusaram o modelo de masculinidade lésbica.

A análise é relativa à sexualidade como uma biografia, citando John Gagnon, que tem sua primeira obra publicada no Brasil em 2006, intitulada *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*.<sup>4</sup> Tal perspectiva tem encontrado forte amparo nos pesquisadores das ciências sociais, principalmente na Europa e no Brasil. O estudo parte do que Gagnon chama de *scripts sexuais*: uma relação entre perspectivas sociais, interpessoais e intrapsíquicas; uma teoria complexa, mas de grande contribuição para o campo de conhecimento da sexualidade. Heilborn ainda aponta que os *scripts sexuais* podem ser úteis para compreender as nuances cada vez mais significativas da orientação sexual, não como algo fixo, mas sim fluido. Aqui é clara uma influência do pensamento *queer* de Butler, mesmo sem ser citado.

A autora aborda ainda que existem poucas produções sobre homossexualidade feminina no mundo acadêmico nacional, mas que aparecem já algumas teses e dissertações relativas ao tema. Isso teria relação com a imbricação entre sexualidade e gênero. A visibilidade é muito maior entre homens gays do que entre mulheres. A autora revela que a conjugalidade acaba sendo uma preferência das lésbicas, devido à sua constituição caracteristicamente atribuída ao universo feminino.

A obra analisada apresenta contribuições interessantes em relação à temática, principal-

mente da sexualidade e do gênero, passando pela discussão sobre família e gerações. Mas o que chama realmente a atenção é a influência do processo de individualização sobre os sujeitos, que, na maior parte dos artigos, se faz presente. Essa discussão é um dos principais objetos da psicologia, especialmente da psicologia social. Mas o que podemos identificar é que existe aqui um claro diálogo interdisciplinar que está presente nos trabalhos dos autores e da antropologia que eles abordam.

Os artigos apresentam, na maior parte das vezes, uma contribuição importante para as discussões sobre as mudanças sociais e da família e sua interlocução sobre a sexualidade, ainda que por vezes pudessem aprofundar mais ou trazer outros textos, pois o livro apresenta apenas cinco artigos. Seria mais enriquecedor se outros autores participassem também com suas pesquisas sobre a temática. Ainda assim, como é de praxe, os autores trazem leituras instigadoras para novos pesquisadores que se aventuram no campo da sexualidade, do gênero e da família.

#### Notas

<sup>1</sup> Anthony GIDDENS, 1993.

<sup>2</sup> Marco Aurélio Máximo PRADO e Frederico Viana MACHADO, 2008.

<sup>3</sup> Michel BOZON, 2004.

<sup>4</sup> John GAGNON, 2006.

#### Referências bibliográficas

- BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GAGNON, John. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1993.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

Leandro Castro Oltramari ■

Universidade Federal de Santa Catarina e  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

# Celia Amorós, o la maestría de una filósofa feminista

*Mujeres e imaginarios de la globalización (reflexiones para una agenda teórica global del feminismo).*

---

AMORÓS, Celia.

---

Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2008.  
338 p.

---

No parece ocioso mencionar la llamada de atención en pro de la teoría que hace la conocida feminista mexicana, Marta Lamas, en una obra reciente,<sup>1</sup> la cual se suma al esfuerzo de reflexión de las teóricas feministas, entre las cuales, sin duda, destaca la maestría de Celia Amorós, en este libro que reseñamos, como en tantas otros, de su ya fecunda producción. La ilustración es la fuente de la que bebe Amorós: la Ilustración francesa, en sentido estricto, y la ilustración que proviene del gran arsenal de lecturas clásicas y modernas que articula con sabiduría nuestra autora.

La distancia y la crítica son el quid del oficio intelectual. Sin crítica, ni balances, no avanza el conocimiento ni la causa feminista. La maestría de Amorós nos ofrece una excelente ración de todo ello. La obra que reseño es un auténtico compendio de autoras/es revisados y "digeridos" por un buen paladar, además está escrita con claridad expositiva y gracejo. ¿Se puede pedir más?

Dando una visión rápida y de conjunto de la obra (a modo de reseña ortodoxa) diremos que trata de los alcances y consecuencias del actual proceso de globalización en marcha, sobre las mujeres.

Contiene el texto que reseñamos, esta triple aportación. Primera, sobre los conceptos de igualdad y de universalidad desde la crítica feminista dentro del marco del paradigma informacionista (la autora efectúa una lectura de la magna obra de Manuel Castells, uno de los grandes de la sociología actual que ha dedicado atención a la dominación de género, una de las vertebraciones sociales de desigualdad más

importantes de la vida social de ahora y de siempre (sociólogos hombres cuya atención al respecto es aún minoritaria, lo cual es un plus y honra, a la vez, al trabajo de Castells)). Segunda, recupera el pensamiento de Heidi Hartmann, con especial énfasis en el trabajo invisible de las mujeres, la feminización de la pobreza y el fenómeno creciente de las "maquilas" que considera su expresión paradigmática. Tercera, en una relectura de la obra de Donna Haraway ("sus cyborgs") reconceptualiza los procesos globalizadores en clave feminista.

## **Internacionalismo feminista**

No es ésta la primera vez que Celia Amorós levanta el vuelo de problemas concretos y lanza una visión planetaria a fenómenos a escala global. En otra obra nacida casi al tiempo de la que reseñamos, la autora efectúa una reflexión monográfica sobre el difícil binomio de Feminismo e Islam.<sup>2</sup> A ella aludiremos también en este texto. En ambas, hay una común preocupación y crítica al espinoso e injusto fenómeno de las heterodesignaciones patriarcales contra las mujeres y, asimismo, una ambición de combate (en una saludable y necesaria como nunca militancia feminista) para crear una Agenda Feminista Internacional que dé respuesta y cree oposición a los fenómenos sociales que acontecen muy cualificadamente contra las mujeres en la era de la globalización. De este modo, al tiempo, se da un mentís a quienes creen que el Feminismo es un Movimiento pasado de moda, de las generaciones de mujeres del Sesenta y Ocho (o en nuestro caso, de las jóvenes antifraquistas y/o de la Transición española)<sup>3</sup> tal como una especie de ofensiva patriarcal, soterrada bajo la banalidad de los medios de comunicación de masas, trata de hacer creer a las jóvenes mujeres de hoy, imponiéndoles toda suerte de fetiches estéticos patriarcales (entre otras prácticas de hecho o simbólicas) ante las que no hay revuelta o contestación alguna. Nunca pensé que los "tacones lejanos" (dicho al modo del film *almodovariano*) se convirtieran en tacones cercanos y de aguja para destrozarse la columna vertebral y pies de nuestras jóvenes. El fenómeno de la violencia estética en el Mundo Occidental es otra de las modalidades alienantes contra las

mujeres, en las que constantemente reverdece el sistema patriarcal que como todo sistema de dominación no se permite ceder terreno en pro de la igualdad que rompería tal dominación, o le cuesta mucho (mucha presión de lucha y consciencia feminista contra él). Toda esta tensión subyace en la obra de Celia Amorós, con énfasis en ciertos ámbitos geográficos (Latinoamérica y Mundo Islámico). Sobre esta tensión reflexiono yo, en la actualidad, aplicada a nuestra sociedad. Insisto, es difícil imaginar el enorme bagaje que contiene el texto de Amorós de autores y libros relevantes tanto del feminismo como de otros campos, no sólo el campo filosófico suyo. En clave de humor (con el que Celia salpimienta mucho su escritura) me gustaría decir: "¡No lo imaginen, léanlo!" (haciendo una pequeña humorada paralela con un albureo mexicano que alguien me dijo describiendo un socavón en la ruta: "No lo imagine, vívalo").

### **Amar a México/Amar a Latinoamérica (el compromiso de Amorós)**

Paso ahora a subrayar lo que me ha impactado, lo que he aprendido (ahora sí, a modo de reseña heterodoxa y/o personal) no sin antes exclamar: ¡texto y contexto! Veamos su causa. He leído este libro durante un largo verano en México, donde mitad placer, mitad trabajo, he tenido el gusto de conocer personalmente, entre otras feministas ilustres latinoamericanas, a Marcela Lagarde. Quiero decir que este libro es muy "mexicano" (si Celia me permite la expresión) no sólo por el tempo de mi lectura, sino porque pone un énfasis notable en la violencia contra las mujeres en México y en el Tercer Mundo. Pura y dura violencia patriarcal, como desea la autora que se la denomine, dejando a un lado la inexacta etiqueta de violencia doméstica y otras al uso. Pues, atención, como advierte Celia, el asunto de las denominaciones no es, en absoluto, un asunto baladí, tanto en su vertiente de las heterodesignaciones que el poder patriarcal arroja sistemáticamente contra las mujeres (sobre ello volveremos) como en esta crucial vertiente de hacer crítica. De este modo, lo entiende Amorós al escribir que el feminismo es una teoría crítica o de cómo conceptualizar es politizar.

Los crímenes de Ciudad Juárez son un eje crucial de la obra. En torno a ellos, Amorós entra en diálogo incansante y de gran agudeza con otras autoras del área que han producido obra al respecto, entre ellas (Lamas, Lagarde y Segato, antropóloga argentina, esta última). Por temática (pobreza y género, entre otros asuntos)

el libro es también muy latinoamericano. De hecho, es un encargo expreso de edición por parte de Hugo Quiroga para una editorial argentina de amplia difusión en aquella área, al cual Celia Amorós dio prioridad dado su manifiesto compromiso militante y profesional con Latinoamérica. Es una obra que sin duda, será muy leída en esas latitudes, además del mundo de habla hispana. No sé si logrará saltar las férreas fronteras culturales del etnocentrismo anglosajón, al cual, significativamente, ni el internacionalismo feminista ni la fraternidad universal de este Movimiento logra quebrar o siquiera mínimamente permeable. Nosotras sí leemos a ellas/ellas a nosotras, no; ¿para cuando esta batalla? Por mi parte, he promovido la obra, con justicia, por sus méritos propios, ante auditorios tan significativos como las mujeres mexicanas, a las que tanto cita Amorós, a las que tan bien conoce como autoras, a las que tanta amistad muestra y, en suma, cuyos problemas trata con especial sensibilidad e inteligencia (los feminicidios). Problemas que conceptualiza y eleva a categorías universales, más acá o más allá del terreno geográfico en que se producen.

### **Siete claves teóricas: siete armas de contestación**

Paso seguidamente a subrayar, a modo de ideas-fuerzas ciertas definiciones o nudos teóricos que en absoluto agotan la riqueza de la obra (que son bases conceptuales imprescindibles) la cual, además nos premia con un notable apéndice final dedicado a Simone de Beauvoir en el año de su aniversario. Procedemos:

Primero. *Acerca del binomio Capitalismo y Patriarcado.*

Con un cierto de gracejo didáctico titula Amorós de este modo el siguiente epígrafe, en el que explica esa crucial relación, a entender tanto efectos teóricos como de praxis social: "El capitalismo rifa, el patriarcado distribuye boletos". Empleando su claridad expositiva, explica la autora (siguiendo a Heidi Hartmann) la siguiente metáfora: el capitalismo patriarcal puede ser representado como una tómbola, la cual determinaría las reglas de la rifa y pondría en el bombo las bolas para los puestos que en el mercado de trabajo va a necesitar. Los boletos son distribuidos de forma sistemáticamente diferencial, ello es así porque existe ese sistema de dominación masculina al cual llamamos patriarcado (conjuntamente y permeando a su vez otros sistemas de dominación como el racial, etc.). También Hartmann señala que el desarrollo capitalista da lugar a una jerarquía de trabaja-

dores, pero las categorías marxistas tradicionales no pueden decirnos quién ocupara cada puesto. Son las jerarquías raciales y de género las que determinan quiénes ocupan los puestos. El patriarcado no es simplemente una organización jerárquica, sino una jerarquía en la que determinadas personas ocupan determinados puestos.

Segundo. *El pacto horizontal patriarcal.*

La obra trata de la dimensión "horizontal" del patriarcado (en denominación de Segato), es decir, analiza la relación de los varones entre sí como clave ineludible para la comprensión de las modalidades de su dominio sobre las mujeres, que llama "eje vertical". Las mujeres, en cuanto grupo oprimido, pueden explicar su explotación no sólo como trabajadoras sino como sistemática subordinación *en tanto que mujeres* (de ahí que el feminismo radical se separara de la izquierda tradicional que sólo priorizaba y/o explicaba las relaciones de poder originadas por la explotación económica). Un ejemplo, aún cada cierto tiempo, en pleno Siglo XXI y en pleno Mundo Occidental, la prensa airea con cierto escándalo y un mucho olvido (normalmente en la efeméride del 8 de Marzo) más de un 20% de diferencias salariales por el hecho de ser mujer (!) Hecho que las mujeres no olvidamos. Injusticia y feminismo obligan.

Durante décadas de investigación sobre las élites profesionales femeninas (Género y Poder) he elaborado una especie de fenomenología del poder por género,<sup>4</sup> en la que he documentado ampliamente esos pactos de poder masculinos que refieren las autoras citadas (aunque sean guardando la apariencia de igualdad que la cultura occidental impone). Esta regla de género aparece meridiana: donde hay dinero hay hombres, donde no lo hay, están las mujeres (por acordar al dinero el valor arquetípico de nuestro tiempo). Así, por sólo citar el ámbito cultural-académico: donde hay congresos o ponentes bien pagados, hay hombres, donde hay artículos bien remunerados, idem, etc. Es ésta una evidencia empírica, a prueba de toda confrontación. Pues bien, esas plataformas masculinas por excelencia, están trenzadas por las frías, tácticas o explícitas ("el viejo club de los muchachos", como ya escribí) de la masculinidad. Son plataformas montadas sobre pactos horizontales patriarcales que subyacen a ellas.

Tercero. *¡Ay el amor! (o el pacto desigual de género)*

Numerosas autoras están clavando el dardo en esta singular diana de género. Desde la clásica

ya Firestone ("el amor es el baluarte de la opresión de las mujeres en la actualidad [...] la cultura masculina es parásita, y se alimenta de la energía de las mujeres sin reciprocidad") hasta la conocida contribución de Jonasdotir, inquiriendo críticamente si le importa el amor a la Democracia. Asimismo, importantes Congresos de mujeres han sido convocados bajo ese problema central de las mujeres: la alienación amorosa; de este modo, los dos últimos congresos de la Fundación Isonomía (2008 y 2009).

Cuarto. *La prepotente práctica heterodesignadora.*

O lo que es igual, una práctica patriarcal contra las mujeres, de ayer y de hoy. La definición de Amorós: dice que heterodesignación es la adjudicación a un conjunto definido de individuos por parte de otro conjunto determinado de una serie de predicaciones que tienen sobre el primero un efecto de estereotipia.

Es el eje del poder lo que media. Quienes pueden tener la condición de designadores asumen la posición de sujetos. No hay que mirar muy atrás en el tiempo o muy lejos en el espacio, para encontrarnos con los nombres genéricos cargados de estereotipia o indiferenciación aplicados a las mujeres: las marujas, una panda de solteronas, "unos callos", etc., etc. (despectivo a las solteronas de edad que el gran archivo de la memoria colectiva que es el cine tiene registrados). El binomio género & edad se muestra como una de las canteras más crueles y feroces en heterodesignaciones sofisticadamente ocultas/socialmente patentes contra de las mujeres occidentales, desde su vertiente de daño psíquico hasta su derroche de recursos económicos y sociales. Quizás no se pronuncian, no tienen nombre por pudor social, pero están ahí más potentes que nunca: el Mito de la Juventud con más carga de alienación que nunca en las sociedades opulentas especialmente para las mujeres (parece que al sofisticado imaginario patriarcal le costará despegar de la ancestral natura: la mujer en edad reproductora). Aquí, la crítica intelectual parece haber hecho mutis, quedando el capitalismo y su violencia estética a sus anchas y con su potentísima y floreciente industria. Recuerdo aquel viejo libro del Profesor Aranguren contra el mito de la juventud (si levantara la cabeza...) y poco más.

El poder produce efectos de individuación, de reconocimiento y, en esa medida, de percepción por los demás a título de individuo. La mujer para el imaginario patriarcal se pierde en ese ser colectivo, el objeto erótico que

encierra en sí todas las mujeres y no se instituye en un "alter ego". Las mujeres conforman el espacio de las idénticas.

Más allá de las estigmatizaciones que producen los estereotipos de género, a través de las heterodesignaciones, un elemental entrenamiento escolar debiera adiestrar contra ellas en general, en cualquier terreno, como forma de liberar al sujeto que la educación está construyendo socialmente. No es un asunto baladí, porque esta forma de etiquetar desde el "establishment", no sólo discrimina sino que tiene el efecto constituyente de como decía el sociólogo Merton ser la profecía que se cumple a sí misma. Un buen ejercicio de análisis sobre las heterodesignaciones que efectúa la sociedad establecida se puede ver en la obra reciente de Gómez-Ullate.<sup>5</sup>

Quinto. *La condición serial de las mujeres: el caso de "las idénticas"*.

Viajando al epicentro del libro, al que le cuadra y precede todo este entramado teórico que hemos descrito, la autora pone el dedo en la herida, hablando de la macabra reedición de las idénticas. Sus rasgos: interinidad, precariedad y sustituibilidad, es decir, lo propio de las trabajadoras genéricas de la era de la globalización: trabajadoras de quita y pon para maquilas que son de quita y pon a su vez.

La indistinción es el sello de los asesinatos de Chihuahua y de tantas otras partes del mundo. Los rasgos de las indiscernibles son el paradigma replicado recurrentemente: "la mujer delgada, de cabello largo y morena". Lo anterior en el aspecto físico; en el aspecto social, son las presas de extracción humilde, las que conforman esa macabra condición serial de "las idénticas".

Sexto. *Las mujeres fuera del contrato social*.

Marcel Lagarde que ha sido capaz de imponer al mundo el concepto de feminicidio, ha llevado a la práctica el "dictum" de Amorós: conceptualizar es politizar; eje de trabajo que se nos recuerda siempre en la obra. Éste es un crimen de Estado por omisión. "Hay feminicidio cuando el Estado no da garantías a las mujeres y no crea condiciones de seguridad para sus vidas" (p. 267).

Estos delitos rara vez se producen por un individuo aislado y no son casos marginales a tratar. Escribe Celia Amorós al respecto que sin otros varones que se lo jalearan, los varones renunciarían, como en un chiste de antaño, a acostarse con Sofía Loren: ino se lo iban a creer! Así, la violación, el feminicidio, es un fenómeno que hay que estudiar *in societate*, como indica Segato también (p. 262).

Séptimo. *Sobre la agenda feminista, hoy*.

El conocimiento como herramienta de empoderamiento individual tanto como de acción política, ésta es una tarea estructural y/o continua del movimiento feminista y de las feministas como individualidades. Mujeres doblemente armadas de conocimiento y de acción social colectiva. Como escribió Baruch Espinosa: "las ideas adecuadas generan una mayor potencia de obrar".<sup>6</sup>

El análisis del sistema patriarcal en sus distintos grados y contexto, dictará la Agenda Feminista. Habrá que conceptualizar los patriarcados (se impone hablar en plural) sus grados de resistencia a la paridad, desde el teocéntrico-islámico (con sus cárceles de género andantes: el burka) hasta el tradicional-latino, pasando por el hollywoodiense-anglosajón sistema de género, el sistema de la doble moral de género occidental.<sup>7</sup> etc.

Conceptualizar es politizar. La tematización que deriva de ello, orienta la práctica política. Como bien afirma Lagarde:

A través de investigaciones científicas, las feministas diferenciamos las formas de violencia, erradicamos conceptos misóginos [...] Necesitamos estas distinciones como los esquimales necesitan usar diecisiete formas diferentes para referirse a la nieve: esta práctica lo es de una resignificación de la realidad social que es un elemento vital para las mujeres (p. 266).

Tras centurias de vida en sociedades patriarcales, es una necesidad meridiana que tengamos que repensarlo de nuevo. Es una realidad aplastante que deseemos y pongamos manos a la obra para construir (ahora auténticamente cierto) un "Nuevo Mundo". Los asuntos de género son más que meros asuntos de género: son auténticos test sociales para el grado de democracia alcanzado por los sistemas sociales. Y eso concierne al desarrollo de toda la Humanidad, la cual por primera vez en su historia, se ve impelida o capacitada para utilizar en la vida pública la energía de su otra mitad, las mujeres, cuya enorme energía ha sido desactivada o alienada para fines privados, al servicio exclusivo de los varones. Con visión optimista digo: por fin la Humanidad se va a enriquecer con lo que le corresponde, la aportación a la ciudadanía de nuevos actores sociales (o sujetos políticos): las mujeres.

Estamos en condiciones de "historizar el patriarcado" (al menos quienes tenemos los instrumentos de la cultura) es decir, comenzar a volverlo ya un hecho histórico y escribir su historia.



Para ello, la generación de mujeres que nos hemos criado en el más rancio patriarcalismo-franquismo (redoblado el sistema) estamos en condiciones óptimas para hacerlo. Para ello necesitamos mujeres con subjetividades fuertes que sepan dar la batalla a las heterodesignaciones patriarcales y denunciar los pactos horizontales de la masculinidad. Hay que practicar la llamada vigilancia epistemológica (en este caso feminista) antes de que las heterodesignaciones nos alcancen (por ejemplo esa especie de "racismo de la edad" para las mujeres).

Pensando en esta necesidad individual, social y feminista, he escrito una especie de programa de género para el contexto cultural en que me desenvuelvo pero que pudiera ser generalizado al mundo de las mujeres profesionales, el cual lo he condensado en estos tres términos: memoria, maestría y metas que son tres vertientes a través de los cuales construir esas subjetividades fuertes y, especialmente, necesarias en este momento histórico, en el cual hay que hacer balances, hay que dejar bien sellada la herencia feminista.

He leído esta obra de Celia Amorós con un ojo puesto en México y otro aquí, en España (o en el marco europeo) y para ambos lados del Atlántico me ha valido. Permítaseme exclamar a modo de feliz humorada: ¡esta obra es una mina! Y claro que lo es, por muchos aspectos, pero especialmente por el bagaje conceptual que en efecto, vale para abordar cualquier contexto, después vendrán las consiguientes matizaciones, pero el centro, la herramienta intelectual está ahí.

Me gusta pensar cuando termino una obra que se escribe un libro y se enciende una

luminaria en "el firmamento del logos". Esto es lo que ha hecho Celia Amorós. Gracias.

## Notas

<sup>1</sup> Marta LAMAS, 2006.

<sup>2</sup> Celia AMORÓS, 2009 (publicada en la sobresaliente colección *Feminismos*, de Cátedra, dirigida por la historiadora Isabel Morant).

<sup>3</sup> De esta generación de mujeres, me he ocupado en mi obra *Rebeldes ilustradas (la otra transición)*, de 2008, Anthropos. En esta obra, precisamente, hay una larga entrevista biográfica a Amorós, Morant, entre otras.

<sup>4</sup> Este aspecto está ampliamente desarrollado en María Antonia GARCÍA DE LEÓN, 2002.

<sup>5</sup> Martín GOMEZ-ULLATE, 2009.

<sup>6</sup> Baruch ESPINOSA citado por AMORÓS, 2008, p. 269.

<sup>7</sup> Nota bene: un lugar típico y tópico en la prensa occidental es el anuncio in extenso de la prostitución, mientras en otras páginas puede haber críticos artículos contra el sexismo, la discriminación, etc., etc.

## Referencias bibliográficas

AMORÓS, Celia. *Mujeres e imaginarios de la globalización*. Buenos Aires: Homo Sapiens, 2009.

GARCÍA DE LEÓN, María Antonia. *Herederas y heridas (élites profesionales femeninas)*. Madrid: Cátedra, 2002. (Feminismos).

GARCÍA DE LEÓN, María Antonia. *Rebeldes ilustradas (la otra transición)*. Barcelona: Anthropos, 2008.

GOMEZ-ULLATE, Martín. *La comunidad soñada (antropología social de la contracultura)*. España-México: Plaza y Valdés, 2009.

LAMAS, Marta. *Feminismo: transmisiones y retrasmisiones*. México: Taurus, 2006.

María Antonia García de León ■  
Universidad Complutense de Madrid

---

# A construção da “maternidade científica” no Brasil republicano

*Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil.*

---

FREIRE, Maria Martha de Luna.

---

Rio de Janeiro: FGV, 2009. 264 p.

---

O livro de Maria Martha de Luna Freire enfoca a construção da maternidade científica levada a cabo no Brasil por reformadores sociais nas primeiras décadas do século XX. Com esse texto, Luna Freire recebeu o prêmio de melhor Tese de Doutorado da ANPUH/Rio de História em 2008. Médica desde 1977, a autora é professora e segue a linha de pesquisa “Planejamento, Educação e Avaliação em Saúde” do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva na UFF.

Tendo como principais fontes de pesquisa as revistas *Vida Doméstica* (1920-1936) e *Revista Feminina* (1914-1936) que circularam nos centros urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, o recorte temporal contempla as edições da década de 1920. Nesse momento se descortinava no Brasil uma série de discursos que tornavam politizada a função da maternidade e complexificavam sua prática, alicerçando-a no saber racional da medicina higiênica. Tomando a revista, mas em busca de sua temática específica, o olhar atento da autora analisa desde a progressiva profissionalização da publicidade no Brasil nesse período – demonstrada pelas inovações técnicas da utilização das cores e do uso de ilustrações, charges, quadrinhos e fotografias – até os aspectos econômicos do suporte da revista, tais como números de páginas, valores, circulação, público-alvo etc. Artigos e anúncios são esmiuçados numa análise que abrange as diversas falas dos/as articulistas – médicos, religiosos, educadores, políticos e feministas – junto à difusão efetuada pela publicidade da crescente indústria de cosméticos, alimentos infantis, produtos de higiene e eletrodomésticos.

Dividido em quatro capítulos, o texto inicia-se com a discussão sobre as tensões e as ambiguidades presentes no imaginário moderno

sobre a função social das mulheres. Esse capítulo, denominado de “As múltiplas faces da mulher-moderna”, apresenta o debate efetuado pelos/as articulistas de ambas as revistas em que a querela antigo/moderno está presente nas idealizações sobre as mulheres. Sobre o trabalho feminino, a autora enfatiza que o deslocamento ocorrido na produção de alimentos e na confecção de produtos diversos do espaço doméstico para o espaço da crescente industrialização foi um aspecto estrutural causador da paulatina desvalorização do trabalho doméstico, da restrição das tarefas produtivas femininas e da consequente exaltação dos papéis de mãe, esposa e educadora. Simultaneamente, a crescente incorporação urbana do valor burguês do trabalho e o progressivo interesse pela mão de obra feminina também contribuíram para a conotação negativa da imagem da mulher dona de casa sem trabalho assalariado como símbolo de ociosidade e parasitismo presentes na cultura colonial e, portanto, percebidos como atraso. Dessa forma, a maternidade é ambigualmente ressignificada pelos diversos/as articulistas, os/as quais expandem o maternalismo para o espaço público de uma sociedade em busca de modernidade. As mulheres foram postas como colaboradoras essenciais para o progresso e o futuro da nação, dentro e fora do lar, uma vez que como mães seriam as educadoras por excelência dos futuros homens da nação e ainda carregariam seu potencial civilizatório para além da configuração da família.

Além da apresentação e da análise dos conteúdos discursivos presentes nos textos dos/as articulistas e nos anúncios publicitários, Luna Freire confronta os principais debates historiográficos atuais sobre a ideologia maternalista de expansão do “feminino/maternal” – adotado também pelas feministas do período – e ainda a querela sobre as transformações e/ou o reforço do gênero após a I Guerra Mundial. No confronto entre as interpretações que ora analisam a utilização da ideologia do maternalismo como reforço do gênero e um obstáculo às mudanças estruturais, ora o percebem como um trampolim necessário e possível naquele contexto para a integração das mulheres à dinâmica da sociedade e a entrada no espaço público, a autora opta pelo segundo viés. Dessa

forma, encontra-se presente em todo o seu texto uma visão de complexidade do passado e do sujeito histórico que recusa seguir a lógica binária de isto ou aquilo no “fazer” ou “dever” fazer dos agentes históricos e ressalta as sobreposições de identidades e a simultaneidade na construção de imagens.

Agregando gênero à classe, ainda no primeiro capítulo, a autora percebe as diferentes significações do trabalho assalariado presentes na fala dos/as articulistas. Sobrevivência para as operárias, o trabalho remunerado é alvo dos reformadores sociais preocupados com a infância, que o condenam, desaconselham e, quando o toleram – uma vez que é uma realidade nesse período –, defendem a crescente intervenção do Estado no cuidado com as crianças, diante desse “mal necessário”. Para as mulheres das classes média e alta urbanas, o trabalho no espaço público era tolerado por alguns/mas articulistas e estimulado por outros/as, sempre conciliado à família e visto ainda como extensão dela, uma vez que significava sinal de prestígio social e inserção na modernidade.

A “mulher moderna” é problematizada ante a conciliação de múltiplos interesses. Por um lado, a publicidade, o comércio de revistas e a crescente indústria; por outro, os médicos em busca de legitimidade como autoridade no campo da saúde e ainda as mulheres feministas que aderiram à ideia de maternidade como uma prática científica que as colocava como partícipes imprescindíveis na construção da nação moderna. Luna Freire aponta outros dois deslocamentos importantes nesse contexto: a laicização da filantropia – tarefa das mulheres –, que de gratificação espiritual passa a ser considerada preocupação com o bem comum, progresso moral e social, assumido pelo Estado republicano; e o deslocamento do foco patrimonial para o foco romântico nos mecanismos de escolha de parceiros matrimoniais. A conotação republicana e patriótica da filantropia a cargo das mulheres, apresentada também no contexto francês, possibilitou o acesso a conhecimentos pensados como masculinos sobre administração, finanças e medicina higiênica. Dentro e fora do “lar” a racionalização da maternidade e seu potencial civilizatório, presentes nos artigos e nos anúncios das revistas, são postos pela autora como tendo um caráter simultaneamente restritivo e emancipador.

No segundo capítulo, “Maternidade: aliança entre mulheres e médicos”, Luna Freire relaciona a adesão de mulheres à puericultura higienista com o significado de modernidade inerente ao

discurso médico e a identificação da ciência com a esfera pública, o domínio do masculino. Entretanto, a autora enfatiza o caráter seletivo das afinidades entre médicos e feministas. Mais do que a mera incorporação dos pressupostos médicos, o envolvimento desses segmentos é visto como uma negociação constante e ainda permeável a discursos de outros lugares, tais como da Igreja Católica e da indústria de consumo. Luna Freire nos mostra um quadro de incorporações e rejeições simultâneas aos ensinamentos da puericultura que foram adaptados aos valores considerados tradicionais nesse debate entre o antigo e o moderno. A “missão da mulher” vinculada à maternidade – fisiológica e espiritual – era posta hegemonicamente pela elite urbana da década de 1920 como função pública e política, o que implicava um aprendizado racional de técnicas específicas por parte das mulheres. O instinto natural, nas palavras da autora, não era suficiente aos reformadores sociais que politizavam a maternidade. Motivados pela transformação das sensibilidades das elites urbanas com relação à mortalidade infantil, próprias aos anseios republicanos, o binômio mãe-filho tornava-se centro dos debates. Ampliando a questão, Luna Freire discute a utilização da ideologia maternalista na França e na Inglaterra e a polarização da interpretação historiográfica que a coloca como alienante ou como fundamental na construção da identidade feminina. Atentando para a herança do pensamento francês com relação à exaltação e à expansão do maternalismo, a autora discute as especificidades da herança escravista presente nas novas relações da sociedade brasileira, em que as escravas permaneceram no interior das famílias como criadas.

O pensamento de diversas mulheres feministas – de Ana de Castro Osório a Maria Lacerda de Moura – é apresentado por Luna Freire como partícipe construtor e constituinte da ideologia maternalista. Com ênfase variada no aspecto fisiológico, intelectual e moral da maternidade, para além de restrição e reforço do gênero imposto às mulheres, a autora percebe o alento que esse discurso trazia àquelas que não tinham filhos, uma vez que a maternidade não se prendia à experiência biológica, tornando-se um trunfo político. A necessidade de aprimorar a educação das mulheres, uma das pautas principais das feministas, era também defendida por médicos e religiosos, com a ideia de que ser “mãe é uma ciência”. A saúde e a educação – postas como base da estratégia para a constituição da nacionalidade – são

exemplos do otimismo pedagógico presente no pensamento higienista neolamarquistas da intelectualidade reformista brasileira, a qual acreditava na regeneração da raça e na redenção da sociedade através do aprimoramento educacional e sanitário, a despeito das características hereditárias. Luna Freire situa nesse contexto as reformas de ensino efetuadas a partir de 1880, a criação de associações de educadores, a criação de escolas domésticas, a situação dos estabelecimentos de ensino no Rio de Janeiro e ainda a ênfase da Federação Internacional Feminina na necessidade de melhorar a performance das mulheres. Nos textos dos/as articulistas, o “problema feminino” e a percepção negativa da “mulher moderna”, para Luna Freire, não diziam respeito à modernidade em si, mas sim ao despreparo das mulheres para enfrentar a situação de recente liberdade, o que poderia acarretar na crise moral da família e impedir o futuro do país. Esses/as articulistas, mesmo com posicionamentos antagônicos na culpabilização da decadência dos costumes, concordavam que a reversão do quadro de crise moral seria possível através da ação cientificamente aprimorada das mulheres/mães.

No terceiro capítulo, “Higienizando corpos, mentes e lares”, Luna Freire aborda as orientações dos articulistas médicos, que colocavam as mulheres como aliadas na guerra bacteriológica contra os germes e as doenças tropicais. O quarto do bebê – a *nursery* na linguagem sofisticada do período – carecia de uma organização racional voltada para a praticidade e a facilidade de limpeza. Conselhos minuciosos de tipo e distribuição do mobiliário, vento, sol e temperatura adequados, junto à publicidade que ressaltava o arsenal tecnológico disponível às mais abastadas, tornavam as responsabilidades das mulheres mais abrangentes e complexas. Além da libertação do corpo infantil, aconselhada pelos/as articulistas com relação ao vestuário e à necessidade de exercícios físicos ao ar livre, as brincadeiras infantis deixavam de ser meramente uma atividade lúdica e adquiriam um caráter pedagógico e normatizador. A operação técnica minuciosa do banho higiênico passava pelo tipo da banheira, pela temperatura da água, pelo tempo de exposição da criança, pela atenção aos cabelos, pelas unhas e pelos dentes, pela posição da mãe e da criança, contemplados com o uso pedagógico da fotografia, amplamente presente nos textos médicos.

Além da higiene física da criança, a preocupação recaía sobre a higienização dos

afetos. Luna Freire aborda o debate eugênico e higiênico da formação moral das crianças, presentes também na literatura do período. Novamente discutindo o pensamento neolamarquista dos reformadores sociais brasileiros, a autora aponta a crença na transformação dos caracteres inatos e a reinterpretção otimista das condições climáticas, territoriais e raciais brasileiras, diante do momento de crise das nações europeias no pós-guerra.

No Capítulo 4, “Robustos e sadios: a alimentação dos filhos”, a autora detalha as técnicas de amamentação e nutrição defendidas pelos médicos ante a temática da mortalidade infantil. Promovida a nutricionista da família, a prática da culinária a cargo das mulheres passava a ser uma atividade científica e medicamente orientada. Mesmo sendo base da cultura política do Estado republicano, Luna Freire nos lembra de que o binômio mãe-filho, pensado como patrimônio coletivo da nação, no caso brasileiro só veio a ser alvo de intervenção mais efetiva no período varguista de 1930-1945. Republicanizar o país, para a elite reformista dos anos 1920, passava necessariamente pela higienização da maternidade e da infância, uma vez que maternidade e nação se encontravam imbricadas.

Sobre a amamentação, a autora ressalta a importante associação entre a propaganda antiescravista e o discurso pró-maternalista, presente também na literatura do período. A “mãe preta” – considerada o avesso da modernidade –, tolerada com a ausência do leite materno, era acompanhada por critérios médicos que avaliavam o aspecto físico e moral dessas mulheres. O debate entre o uso do leite de vaca, o leite industrializado e a alimentação completar de mingaus e papinhas ocupava o espaço das revistas com explicações científicas ao lado de anúncios publicitários. Tal qual a progressiva popularização no uso do termômetro, o peso corporal, pensado como um indicativo seguro de saúde, motivou a incorporação da balança como novo objeto de saúde. Os concursos de robustez infantil foram o ponto alto dessa concepção de saúde racionalmente medida. A ideologia maternalista certamente encontraria solo fértil com a exacerbação das sensibilidades com relação à ideia de infância, nação e futuro.

Enfim, o texto de Luna Freire contém uma rica abordagem sobre o pensamento reformista republicano brasileiro dos anos 1920, sob o viés do gênero, em que exemplifica como a cultura política e a concepção de Estado são transpassa-

---

das por essa categoria. Essa forma de contemplar a história política é também enriquecida pela percepção da autora com relação às nuances, à seletividade, às sobreposições e às negociações na difusão do maternalismo adotado pelos diversos segmentos já citados. No entanto, é importante apontar a relação entre masculino-negatividade e feminino-positividade presente no texto, quando a autora denomina de “masculi-

nos” os discursos de homens e de mulheres sobre o trabalho assalariado conciliado ao papel de esposa e mãe. Mesmo que o gênero, nessa defesa, esteja posto como desincorporado do sexo, a dualidade inferioridade-superioridade se encontra em seu avesso.

Rosemeri Moreira ■  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

# Uma nova cartilha feminista sobre o direito ao aborto

*História da Maria do Céu na terra.*

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA.

Brasília: CFEMEA, 2009.

---

Há algumas décadas, os movimentos feministas, brasileiros e internacionais, vêm tentando desenvolver argumentos e tecnologias para tratar do tema do aborto, seja simplesmente falando do tema, seja intervindo em grande escala pela descriminalização e/ou pela legalização da prática. Muitas iniciativas foram experimentadas, com maior ou menor sucesso, principalmente em termos de eficiência da comunicação.

Chega-nos, agora, um material que me chamou excepcional atenção pela sua criatividade e singeleza. O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e a Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), com o apoio da Safe Abortion Action Fund (SAAF) do Governo britânico, lançaram no final de 2009 o livreto *História da Maria do Céu na terra*. Em 32 páginas, o material contém um conto *mezzo* ficcional (à frente explicarei esse ponto); informações estatísticas sobre a realidade do aborto; razões vividas pelas mulheres para interromper uma gravidez; razões para se ser a favor do aborto legalizado; um glossário das palavras recorrentes; e uma listagem de referências bibliográficas.

Mas o que vem em primeiro lugar no livro, a meu ver, em termos de originalidade e potencial de aplicação, é o conto. O *plot* do conto pode ser assim resumido: Jeovelina teve uma filha sozinha, o Companheiro lhe deixou assim que soube. Hoje, Ana é adolescente e se descobriu grávida. A notícia impacta a família, mãe e filha oscilam entre aceitação e revolta. A gravidez da jovem mobiliza várias amigas da casa até que, por fim, a moça decide priorizar sua carreira, realiza o aborto e segue com a vida.

Enquanto ficamos sabendo do impacto de uma gravidez não planejada na vida de Ana, outras informações aparecem e ajudam a criar um quadro bastante realista da vida de muitas mulheres deste país. Sexo sem consentimento dentro do casamento, violência sexual, dificuldade de comunicação entre mães e filhas, morte materna, reprodução de padrões de gênero e conjugalidade são, por exemplo, fragmentos paralelos que conferem densidade à trama e servem de ganchos para aprofundar discussões, ao se usar o livreto como material didático.

Eunice Borges, jornalista do CFEMEA, criou um conto que reúne poderosos elementos para tratar do aborto. Poderosos no sentido de facilitar a conexão, no nível biográfico, com as personagens, as situações, as decisões e os desfechos. Assim, o conto não é de todo ficcional porque, como explica ao final, "qualquer semelhança com outras [histórias] que você já ouviu falar é só porque foi inspirada na vida de muitas mulheres que nem sabemos quem são, mas que devem existir de verdade" (p. 14). É uma espécie de *pout pourri* biográfico.

Mas a outra metade, que de fato considero como ficcional, oferece justamente o poder de

enredamento dos romances, dos mitos. O público se deixa levar, o conto provoca a imaginação de quem o ouve (e aqui, imagino como ganhará ainda mais força se for lido em voz alta ou encenado). É o poder do “Era uma vez...” que permite que esse livreto ganhe um potencial extra para mobilizar suas audiências. Não é preciso ter passado pelo aborto para se conectar com essa história. Ao simplesmente acompanhar Jeovelina, Ana, Maria do Céu e sua turma pelas ruas e pelo hospital de seu bairro, que poderia ser em qualquer canto do Brasil, o conto se torna um primeiro estímulo que nossa imaginação apanha e recheia como quiser ou puder.

Contudo, o conto nos abre novas possibilidades interpretativas e também assim, sofrendo algumas críticas, permite que avancemos na reflexão sobre o aborto.

A história do aborto de Ana é, de certa forma, sanitizada. Para começar, felizmente, a gravidez não foi fruto de incesto ou estupro. Ana e o Namorado tinham um relacionamento feliz e também o conhecimento de métodos contraceptivos e o acesso a esses. O Médico que diagnostica sua gravidez é excepcional e idealmente laico, pragmático, gentil, acolhedor. Não moraliza a gravidez e sua interrupção. Instrui a família com várias informações disponíveis. Apresenta os limites legais de nossa realidade jurídica. O Namorado de Ana é carinhoso e receptivo com a notícia, quer casar e assumir a família. Sustento não se apresenta como um problema, mesmo com a possibilidade de chegada de mais uma boca para alimentar. Por fim, o aborto acontece, mas o/a leitor/a não fica sabendo em que condições: se foi usado medicamento, como foi comprado, se havia a garantia de não ser falsificado, se o aparato hospitalar foi acionado e, mais importante, se a escolha pelo aborto sucedeu dilemas morais significativos e geradores de conflitos intrafamiliares e subjetivos.

Não entrar nesses detalhes e nessas tecnicidades foi uma escolha proposital? Ou foi um ato falho que, como em outros trechos do livro, reproduz o “não dito” que cerca o tema do aborto? Por exemplo, uma vizinha lembra que à prima “deram um chá para fazer descer” (p. 9). Vitória, amiga de Ana, conta que outra “fez em casa mesmo” (p. 10). Mesmo entre mulheres com laços de intimidade, permanecem os verbos intransitivos, “fez”, “tirou”, “desceu” etc. Evita-se falar a palavra “aborto”?

Ainda nessa linha, por um lado, Tia Tonha, a mais velha do grupo, lembra que “Antigamente, era uma coisa natural, das mulheres” (p. 9) e “Mulheres fazem isso desde que o mundo é

mundo. Era uma coisa natural, agora é que complicaram tudo” (p. 11). A tia traz um balanço interessante, era positivo que a prática do aborto ficasse nas mãos das mulheres, que sabiam escolher e administrá-lo com alguma segurança e sem alardes morais tão impactantes. Porém, por outro lado, embora o conto traga um realismo com essa estratégia, é preciso cuidar para que isso não reforce uma retórica dos eufemismos e, conseqüentemente, o isolamento e a vergonha que, no Brasil, facilmente se associam à interrupção de uma gravidez. É preciso cuidar para que o aborto (e também o incesto, o estupro, a violência) não seja resolvido por indivíduos desamparados em seus espaços domésticos. Manter o aborto encoberto – seja no discurso, seja no privado – é dificultar que ele atue nas esferas idealmente protetivas da lei, das instituições, da tecnologia médica etc.

Outro ponto que me preocupa nesse texto e também em vários outros, inclusive de origem acadêmica, é certa naturalização da relação entre as mulheres. É como se somente elas soubessem de seus corpos e manter esse saber circunscrito reforçaria os laços entre seus membros. Mera convenção de gênero, que mitifica e positiva a relação entre mulheres, essa sororidade – perigosamente naturalizada – pode ser irrealista e incauta. As relações entre as mulheres são tão complexas como quaisquer outras. Torna-se fundamental não deixar essa complexidade de lado para conseguirmos entender, por exemplo, ex-pacientes que denunciam suas médicas; deputadas e senadoras que se recusam a debater o aborto dentro dos parlamentos; amigas e vizinhas que negam auxílio ante uma hemorragia teimosa de uma conhecida, com medo de serem presas; profissionais da saúde que demonizam e punem mulheres que chegam aos hospitais em processo de abortamento espontâneo ou provocado; mães que forçam suas filhas a abortarem, mesmo que estas não desejem etc.

Ainda sobre as relações de gênero, é interessante notar que no conto os homens não receberam nomes, apenas foram identificados por um papel circunstancial: Marido, Médico, Namorado etc. Ao que me parece, o intuito aqui é centrar a história nas mulheres. Mas será que, dessa forma, não estaríamos reforçando o papel coadjuvante e conveniente que tantos homens têm desempenhado nos momentos reprodutivos, inclusive no aborto?

Na parte técnica do livro, suspeito que a seção “Por que muitas pessoas são a favor da legalização”, cometeu-se um mesmo equívoco

---

de materiais anteriores (e que o próprio livro tentou sanar com a introdução da seção “Conheça o significado de algumas palavras e expressões”): persiste um tom endogâmico. Quero dizer que, se o conto é feliz no sentido de ampliar o acesso à discussão e à realidade do aborto, a parte técnica continua a utilizar termos próprios do jargão feminista e da militância pró-aborto. Se o conto abre ao diálogo, a parte técnica, a meu ver, parece falar para si mesma, reproduzindo um erro comum nas comunicações do feminismo. Seria interessante também que o livro tivesse contado com uma lista de perguntas sobre o conto para facilitar o uso didático e interpretativo da história. As duas importantíssimas normas técnicas existentes, “Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes” (de 2002) e “Atenção humanizada ao abortamento inseguro” (de 2004), não foram incluídas na seção “Referências”. E, nesta última parte, teria sido útil incluir leituras futuras para quem deseja se aprofundar no tema e na luta.

As críticas tecidas não diminuem o potencial do livro para animar criativamente os debates sobre a realidade do aborto no Brasil e a urgência de sua legalização. Materiais como esse são fundamentais para tirarmos definitivamente o aborto das três esferas em que, persistentemente, nossa cultura tem o colocado: a solidão, o segredo e a aflição, como bem notou Jeovelina quando, numa passagem emocionante nos últimos momentos do conto, confia às amigas e à filha que praticou um aborto aos 16 anos. A versão do livro em papel está disponível gratuitamente na sede do CFEMEA e sua versão eletrônica encontra-se no sítio da organização: <[www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)>.

#### **Referência bibliográfica**

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA.  
Disponível em: <[www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)>.  
Acesso em: 10 mar. 2010.

Soraya Fleischer ■  
Universidade de Brasília



---

# Um contributo para uma psicologia feminista crítica em Portugal

*Homofobia & educação: um desafio ao silêncio.*

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Orgs.).

Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009. 196 p.

*Homofobia & educação* reúne oito artigos escritos por professoras e professores de diversas universidades brasileiras, membros de organizações não governamentais (Nuances e Corsa) e pesquisadoras e pesquisadores da Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Organizado por Tatiana Lionço e Débora Diniz, este livro trata da política educacional de materiais didáticos no Brasil e busca ser uma oportunidade de diálogo entre academia, sociedade civil e governo, possibilitando reflexões de educadores, militantes

em defesa dos direitos humanos e gestores de políticas públicas. O livro resulta de um extenso projeto de pesquisa denominado "Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?", executado pela Anis, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa foi financiada pelo Programa Nacional de DST e Aids, pelo Ministério da Saúde e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

No artigo "Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?", Tatiana Lionço e Débora Diniz abrem o debate para a questão do silêncio sobre a diversidade nos livros didáticos quando se trata de sexualidade. As autoras argumentam que a escola é um espaço de socialização para a diversidade, entretanto a invisibilização da diversidade ocorre nos materiais didáticos. Mesmo que abordagens étnico-raciais, de gênero e/ou econômicas já estejam contempladas e sendo alvo de investimentos do Ministério da Educação, as dimensões social e

política da sexualidade permanecem à margem. Lionço e Diniz aprofundam essa temática no artigo "Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual", analisando como o tema da diversidade sexual foi incorporado pelos livros didáticos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e no Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). A amostra contemplou 67 dos 98 livros didáticos mais distribuídos pelo PNLD e pelo PNLEM (nos anos de 2007 e 2008 em livros de disciplinas que pudessem contemplar a temática da sexualidade no conteúdo programático) e 25 dicionários distribuídos pelo PNLD em 2006 e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) em 1998. As características analisadas foram: apresentação de gênero, família e conjugalidade; sexismo; diversidade social e sexual; e relação sexual e DST/Aids. As autoras concluem retomando que o silêncio é a estratégia dominante e que não há discussão sobre homofobia nos livros dos dois últimos anos. Não há enunciados que inferiorizem a diversidade sexual, mas há uma heteronormatividade assentada na heterossexualidade compulsória.

Daniel Borrillo, em seu artigo "A homofobia", faz uma leitura epistemológica e política desse conceito, não para compreender a origem e o funcionamento da homossexualidade, mas para "analisar a hostilidade provocada por essa forma específica de orientação sexual" (p. 16). Para tanto, Borrillo investe na discussão dos conceitos de homofobia geral e específica, sexismo e homofobia cognitiva e social. Segundo o autor, quando a homossexualidade requer publicamente sua expressão é que se torna insuportável, pois rompe com a hierarquia da ordem sexual, por isso a tarefa pedagógica deve ser questionar a heterossexualidade compulsória e mostrar que a hierarquia de sexualidades é tão insustentável quanto a de sexos, bem como incluir a ideia de diversidade sexual em livros e apostilas escolares.

Uma análise da ausência de conteúdos e imagens relacionados à diversidade sexual nas concepções de família presentes nos livros didáticos e também do papel exercido pelos discursos e pelas imagens de famílias nesses livros é o foco do artigo "A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos", de Claudia Vianna e Lula Ramires. Muitos são os exemplos encontrados nos livros didáticos enfatizando a importância da família (bem como da escola) no processo de socialização. No entanto, existe uma tensão entre as concepções apresentadas:

a permanência de imagens e discursos relativos à família nuclear, branca e de classe média (patriarcalismo, história, cotidiano, divisão sexual do trabalho, cuidado infantil) e algumas mudanças no modo de configuração dessas famílias (famílias monoparentais, chefiadas pela mãe, lares adotivos, intergeracionais, multirraciais). Entretanto, não há imagens ou textos que mostrem famílias homoparentais. Ao encontro da problemática levantada por Vianna e Ramires, o artigo "Ilustrações do silêncio e da negação", escrito por Mailu Fontes, mostra que 70% dos livros didáticos analisados não apresentavam imagens de homoparentalidades, homoafetividade, representações de homossexuais e de sua presença na sociedade e na diversidade sexual. Aponta que o silenciamento contribui para a manutenção do preconceito, fato acordado em todos os artigos presentes no livro *Homofobia & educação*. A autora também faz uma reflexão sobre os conteúdos dos livros didáticos, que ignoram a diversidade sexual e que contribuem para a manutenção dos comportamentos sociais homofóbicos, em contraste com as telenovelas brasileiras, que já incluíram a temática gay e o debate em favor da diversidade sexual.

Fernando Pocahy, Rosana de Oliveira e Thaís Imperatori iniciam seu artigo retomando a invisibilidade da diversidade sexual e a naturalização da heterossexualidade nos livros didáticos brasileiros. "Cores e dores do preconceito: entre o boxe e o balé" tem como eixo teórico as problematizações feitas por Judith Butler a respeito da heteronormatividade e da abjeção dos corpos. Butler problematiza se haveria a possibilidade do pertencimento, do reconhecimento, àqueles que escapam à heteronormatividade: "serão capazes de viver socialmente?" (p. 117). A partir de um exercício sobre os filmes "Billy Elliot" e "Menina de Ouro" extraído de um livro didático, os autores do artigo problematizam os estereótipos de gênero e os preconceitos em relação a escolhas profissionais que desestabilizam a ordem heteronormativa e caricata do masculino e do feminino na sociedade, propondo esse tipo de análise como uma boa sugestão para o trabalho com a homossexualidade em sala de aula.

Com o objetivo de analisar o PNLD, salientando a importância da visibilidade e das discussões sobre a diversidade sexual nas políticas de educação, o artigo "Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático", de Roger Raupp Rios e Wederson Ruffino dos Santos, traz uma reflexão sobre as concepções, as

características, os limites e os avanços presentes na elaboração e na concretização do programa. Os autores apontam o Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual como marco político das discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero nas políticas públicas brasileiras, pois se apresentou com o objetivo de eliminar a discriminação por orientação sexual nos livros didáticos. Percorrem um caminho de análise das legislações para mostrar “que o silêncio que aparece nos livros didáticos sobre a diversidade sexual é antes percebido no próprio arcabouço legal que sustenta a política pública” (p. 135). Concluem sugerindo que os princípios do regime democrático devem permear as políticas públicas para a superação do silêncio acerca das múltiplas expressões da diversidade sexual. São eles: liberdade individual, autonomia, igualdade, respeito à dignidade humana, pluralismo e diversidade.

O artigo que finaliza esta coletânea denomina-se “Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos”. Rogério Diniz Junqueira foca sua análise nos sujeitos e nas subjetividades fabricadas na escola, argumentando que o campo da educação é historicamente constituído como disciplinador, reproduzidor de desigualdades e normalizador – lançando um olhar foucaultiano sobre o tema. Dessa forma, na escola a homofobia adentra e se instala, sendo (re)produzida e, além disso, consentida, o que transforma a escola num espaço institucional de opressão. Para falar de diversidade e diferença, Junqueira trava um

diálogo pertinente com Zygmunt Bauman e Homi Bhabha entendendo diversidade, diferença e identidade à luz da ideia de multiplicidade.

Este artigo encerra brilhantemente o livro, pois propõe maneiras práticas de trabalho na escola com o tema da diversidade sexual. Propõe uma educação na, para e pela diversidade que deverá levar em conta o pertencimento do outro (experiências de vida daquele tido como diferente) a todos os lugares sociais e o reconhecimento da legitimidade da diferença, refletindo acerca da sua produção e das relações de poder que presidem esses espaços. Propõe também aproveitar as potencialidades pedagógicas oferecidas pela própria diversidade, reconhecendo nisso um processo construído coletivamente. Isso pode ser trabalhado a partir de uma perspectiva *queer* de educação que promove possibilidades instigadoras em relação à diversidade.

Este livro nos mostra que a união de condições sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais é que poderá tornar possível uma promoção de educação pautada no reconhecimento da diversidade e da pluralidade dos corpos, das sexualidades e das subjetividades. Um ótimo livro para investirmos num processo de reconfiguração educacional e política pautada na diversidade.

Viviane Teixeira Silveira ■  
Universidade Federal de Santa Catarina

Carmen Rial ■  
Universidade Federal de Santa Catarina